

Relatório dos Auditores Independentes



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes





Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da **Instituto Strabos – Ensino, Ação Social e Pesquisa em Estrabismo** São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Strabos – Ensino, Ação Social e Pesquisa em Estrabismo ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto Strabos – Ensino, Ação Social e Pesquisa em Estrabismo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as
 divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos
 de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2023.

DocuSigned by:

Luig Carlos Soares da Silva

Luiz Carlos Soares da Silva

Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-037.537/O-1

Instituto Strabos - Ensino, Ação Social e Pesquisa em Estrabismo CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	13.617,32	18.795,06	Obrigações Tributárias		4.707,29	3.217,25
Aplicações Financeiras	5	1.465.529,80	1.013.601,02	Obrigações Trabalhistas	7	7.505,91	7.682,56
Cliente		7.089,89	-	Provisões de Férias e Encargos	8	7.930,63	8.960,13
		,,,,,,,,		Doações e subvenções a realizar	10	300.577,35	3.333,23
Adiantamentos		4.224,57	5.106,82	Contas a Pagar	9	50.018,31	32.377,34
Despesas antecipadas		-	-		_	55.525,52	
200,0000 0.0000,0000		-	-				
Total do Ativo Circulante		1.490.461,58	1.037.502,90	Total do Passivo Circulante		370.739,49	52.237,28
				Patrimônio Líquido	11		
Ativo não circulante				Patrimonio Elquido Patrimônio social	11	1.325.138,98	1.258.649,99
	6	205 416 00	272 204 27	Patrimonio social		1.323.130,30	1.236.649,99
Imobilizado	6	205.416,89	273.384,37				
				Total do Patrimônio Líquido		1.325.138,98	1.258.649,99
Total do Ativo não Circulante		205.416,89	273.384,37				
TOTAL DO ATIVO		1.695.878,47	1.310.887,27	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO	LÍQUIDO	1.695.878,47	1.310.887,27

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Demonstração dos Resultados para Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
	12	017 120 20	E94 604 74
Doações	12	817.139,30	584.694,74
Doação Projeto 112 Condeca	12	540.238,14	-
Inscrições em Simpósios		-	4.500.00
Patrocínio		-	4.500,00
Serviços Prestados		206.014,70	306.125,00
Trabalho Voluntário	18	1.594.380,00	889.600,00
Total da Receita		3.157.772,14	1.784.919,74
Custos das Atividades	13		
Resultado Bruto		3.157.772,14	1.784.919,74
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	14	(171.118,50)	(172.797,09)
Despesas com Pessoal	15	(256.348,93)	(149.335,69)
Depreciação	6	(68.249,04)	(74.051,84)
Prestadores de Serviços	16	(1.117.977,81)	(523.810,91)
Trabalho Voluntário	18	(1.594.380,00)	(889.600,00)
		(3.208.074,28)	(1.809.595,53)
Resultado Financeiro Líquido	17		
Receita Financeiras		112.674,21	43.002,19
Despesas Financeiras	-	(4.603,63)	(3.314,90)
Resultado Financeiro Líquido	-	108.070,58	39.687,29
SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS	=	57.768,44	15.011,50

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Demonstração dos Resultado Abrangente para Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Superávit do exercício	57.768,44	15.011,50
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado Abrangente	57.768,44	15.011,50

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em reais)

	Notas Explicativas	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.192.359,07	51.279,42	1.243.638,49
Transferência para o Patrimônio Social Ajuste de Exercícios Anteriores		52.466,10	(52.466,10) -	-
Superávit do Exercício		,	15.011,50	15.011,50
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (original)		1.244.825,17	13.824,82	1.258.649,99
Transferência para o Patrimônio Social		13.824,92	(13.824,92)	-
Ajuste de exercícios anteriores Superávit do Exercício		<u> </u>	8.720,55 57.768,44	8.720,55 57.768,44
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10			1.325.138,98

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 a 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit dos Exercícios	57.768,44	15.011,50
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades	,	
operacionais		
Ajuste de exercícios anteriores	=	7.683,32
Depreciação/Amortização	68.249,04	74.051,84
Superavit/ (Déficit) do Exercício Ajustado dos Exercícios	126.017,48	96.746,66
Redução (Aumento) nos Ativos		
Contas a Receber	7.089,89	_
Adiantamentos	882,25	(3.336,30)
Despesas Antecipadas	-	6.664,45
	7.972,14	3.328,15
Aumento (Redução) nos Passivos		
Obrigações Tributárias	1.490,04	1.803,55
Obrigações Trabalhistas	(176,65)	4.645,14
Provisões de Férias e Encargos	(1.029,50)	2.908,41
Contas a Pagar	18.348,82	27.691,23
PROJETO 112 CONDECA	300.577,35	,
	319.210,06	37.048,33
Caixa e Equivalentes de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	453.199,68	137.123,14
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições de imobilizado	_	1 - 1
Imobilizado	(144,76)	(7.403,37)
	(144,76)	(7.403,37)
Caixa e Equivalentes de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimento Operacionais		
(Redução)/Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(89.245,69)
Variações Líquidas no Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa e equivalente de Caixa no Início do exercício	1.032.396	902.676
Caixa e equivalente de Caixa no Final do exercício	1.479.147	1.032.396
(Redução)/Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(89.245,69)

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto Operacional

O Instituto Strabos – Ensino , Ação Social e Pesquisa em Estrabismo ("Instituto Strabos" e/ou "Instituto") é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado nos termos do artigo 53 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e seguintes do Código Civil Brasileiro, com sede e foro São Paulo, Estado de São Paulo, situada à Rua Francisco Leitão, 382 - Pinheiros - São Paulo/SP - CEP 05414-020 constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos ou econômicos, de caráter filantrópico , sem vínculos com qualquer entidade privada ou pública.

O Instituto tem por finalidade: (i) promover o curso de formação de especialista na área de Estrabismo para aprimoramento profissional dos médicos oftalmologistas interessados na subespecialidade; (ii) Criar ambiente que permita a promoção do desenvolvimento de pesquisa científica na área da oculomotricidade e/ou ambliopia; (iii) Ter compromisso social no desenvolvimento de programas filantrópicos comunitários, com o objetivo de oferecer melhor qualidade de vida a população no que se refere aos problemas relacionados com estrabismo e/ou ambliopia; (iv) Criar e manter biblioteca que sirva de instrumento de orientação e formação do especialista em estrabismo; (v) Firmar acordos de cooperação com outras instituições congêneres, empresas e órgãos dos setores privados ou públicos, (vi) bem como receber subsídios ou donativos, conferindo a retenção de parte dos valores, que serão destinados aos programas filantrópicos e para à construção e manutenção da futura sede.

Conforme nota explicativa nº 15, o Instituto enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra "c", do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, disposição regulamentada pelos artigos 9° e seguintes da Lei n° 5.172, de 25.10.1966 – Código Tributário Nacional.

O Instituto Strabos obteve o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE, do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto nº 57.201, de 8 de novembro de 2011, sob o número 0254/2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades sem fins lucrativos, que engloba o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a Interpretação Técnica Geral ITG 2.002 (R1) – Entidade sem finalidade de Lucros, aprovados pelas resoluções 1.255/09 e 1.409/2012 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das Entidades sem finalidade de lucro.

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

As demonstrações contábeis estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. Os relatórios ora publicados estão adequados à Lei nº 11.638/07 e nº Lei 11.941/09.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 20 de abril de 2023

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido no balanço patrimonial.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Instituto é o Real e todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em reais apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

d) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicava a Entidades sem Finalidade de Lucros, requerem que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como, na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores diferentes dos estimados, em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Mensuração de instrumentos financeiros; e
- Instrumentos financeiros.

Não houve mudanças significativas nas estimativas no exercício em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis:

a. Instrumentos financeiros

O Instituto não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros.

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com objetivo de especulação.

A Administração do Instituto avalia periodicamente se há necessidade de reconhecimento de provisão ao valor recuperável de seus ativos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação a qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros não derivativos são registrados a valor justo por meio do resultado.

O Instituto possui instrumentos financeiros não derivativos como Caixa e Equivalentes de Caixa e outros recebíveis.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quanto tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. O Instituto possui como passivos financeiros não ativos fornecedores, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Tais passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros não derivativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Administração do Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações hedge, nos exercícios de 2022 e 2021.

(iv) Gestão de riscos financeiros

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros: risco de liquidez, crédito e risco de mercado.

Conforme nota explicativa nº 20 as políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

b. Apuração do resultado

As receitas com doações, subvenções e inscrições foram reconhecidas em conformidade ao regime de caixa, pois, a entidade recebe doações de diversas fontes, principalmente a contribuição espontânea de pessoas física, o que impede uma estimativa segura da origem desse tipo de recurso.

Para as receitas vinculadas a projetos quando ocorrem o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante, em conformidade com a NBC TG 07 (R2). Em consequência à prática contábil

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

adotada pelo Instituto, os efeitos no resultado do exercício relacionados à projetos incentivados são "nulos", pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventual superávit ou déficit apurado pelo Instituto corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelos projetos.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas foram registradas em conformidade ao regime contábil da competência dos exercícios.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa – são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em Caixa, Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez.

d. Imobilizado e intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração o método linear com relação às vidas úteis estimadas do imobilizado, que são as mesmas taxas estabelecidas como máxima pela legislação fiscal. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Bens	Vida útil estimada
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Ferramentas e equipamentos cirúrgicos	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Benfeitorias	5 anos

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Anualmente é analisado se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, o Instituto estima o valor recuperável do ativo. Pelos valores não serem expressivos não foi aplicada o *Impairment*.

f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Benefício de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisão de Férias, 13º salário e encargos sociais

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i. Patrimônio social

Esse saldo é representado pelo patrimônio inicial da entidade, acrescido das doações, subvenções, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição.

j. Recursos ingressos na instituição

Todos os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, estando demonstrado nas suas despesas e investimentos patrimoniais.

k. Gratuidades

Os serviços oferecidos pelo Instituto são gratuitos, não havendo qualquer tipo de cobrança financeira aos seus públicos assistidos.

1. Receitas e despesas de trabalho voluntário

Conforme estabelecido pela ITG 2002 (R2) — Entidades sem Finalidade de Lucros, a Administração da Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

m. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração d o Instituto apresenta a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com o Pronunciamento Contábil NBC TG 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), utilizando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica contábil de "caixa e equivalentes de caixa" era composta da seguinte forma:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Bancos conta movimento	13.617	18.795
Total	13.617	18.795

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Representa o somatório dos saldos das contas correntes e de aplicações financeiras, todas devidamente conciliadas, e representadas por contas correntes mantida em instituições financeiras nacionais.

São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

5. Aplicações financeiras – uso restrito

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações financeiras	1.146.844	1.013.601
Aplicações financeiras - Projeto 112 Condeca	318.685	0
Total	1.465.530	1.013.601

A aplicação financeira no montante de R\$ 1.467.960 é mantida pela Administração do Instituto com a finalidade de manter um fundo de reserva para futuras instalações e manutenção das atividades sociais.

6. Imobilizado

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado, exclusivamente nas suas operações.

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Descrição	Vida útil estimada	lmobilizado custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 31/12/2022	Imobilizado líquido 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	10 anos	27.560	(13.229)	14.331	16.801
Móveis e utensílios	10 anos	24.400	(12.001)	12.399	14.840
Ferramentas e equipamentos	10 anos	271.181	(124.456)	146.725	173.244
Equipamentos de informática	10 anos	29.013	(25.736)	3.276	8.519
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	156.474	(127.789)	28.685	59.981
Total		508.628	(303.211)	205.417	273.384

Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Imobilizado custo				
Máquinas e equipamentos	27.415	510	(365)	27.560
Móveis e utensílios	24.400	1=1	-	24.400
Ferramentas e equipamentos	271.181	(=)	-	271.181
Equipamentos de informática	29.013	(=)	-	29.013
Benfeitorias em imóveis de terceiros	156.474	-	-	156.474
	508.484	510	(365)	508.628
Depreciação				
Máquinas e equipamentos	(10.614)	t=s	(2.615)	(13.229)
Móveis e utensílios	(9.560)	(=)	(2.441)	(12.001)
Ferramentas e equipamentos	(97.937)	r=-	(26.518)	(124.456)
Equipamentos de informática	(20.494)	(=)	(5.243)	(25.736)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(96.493)		(31.295)	(127.789)
	(235.099)	-	(68.112)	(303.211)
Total imobilizado líquido	273.384	510	(68.477)	205.417

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$68.249,04 (R\$74.051,84 em 31 de dezembro de 2021), classificada na rubrica "Depreciação".

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, o Instituto avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Administração do Instituto não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
INSS a recolher	5.607	5.847
FGTS a recolher	1.655	1.734
Pis s/folha de pagamento a recolher	244	101
Total	7.506	7.683

8. Provisão de férias e encargos sociais

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de férias	5.896	6.391
INSS sobre provisão de férias	1.504	1.907
FGTS sobre provisão de férias	472	598
Pis sobre provisão de férias	59	64
Total	7.931	8.960

9. Contas a pagar e Outros

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Alugueis	4.386	5.093
Outras contas a pagar	45.633	27.284
Total	50.018	32.377

10. Projeto 112 Condeca

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Projeto 112 Condeca	300.577	
Total	300.577	-

A Administração do Instituto coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

O Projeto 112 Condeca, tem por objetivo realizar entre 150 e 180 cirurgias em 12 meses (de Maio/22 a Abril/23) em crianças a partir de 2 anos de idade até 18 anos. Para realização desse projeto, o Instituto Strabos recebeu o recurso de R\$ 797.520,00. Durante o ano de 2022 foram gastos R\$ 515.030,41.

11. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

O Patrimônio Social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

A Administração do Instituto adota como prática incorporar e/ ou absorver nas rubricas de patrimônio social e/ ou dotação especial o superávit (déficit) apurados nos exercícios.

Conforme Estatuto Social, em caso de extinção do Instituto, que se dará somente em caso de Lei e por decisão de Assembleia Geral, desde que convocada com essa finalidade, os bens patrimoniais serão obrigatoriamente doados para outra entidade sem fins lucrativos, de objetivos semelhantes.

b) Ajuste de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo devidamente reapresentadas, em conformidade com "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" em decorrência da identificação de erro na apresentação das demonstrações contábeis desse exercício, referente a ausência de documentações. O Patrimônio Social do Instituto sofreu um acréscimo líquido de R\$7.022, conforme abaixo demonstrado:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Ajustes	Saldo em 31/12/2022
	Original		Reapresentado
Ativo circulante (a)	1.483.440	7.022	1.490.462
Ativo não circulante	205.417		205.417
Total do Ativo	1.688.857	7.022	1.695.878
Passivo circulante (b)	369.040	1.699	370.739
Patrimônio líquido	1.333.860	(8.721)	1.325.139
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.702.900	- 7.022	1.695.878

(a) Ajustes de exercícios anteriores contas a receber e a pagar validado com o saldo do controle financeiro.

12. Receita de doações

O Instituto recebe doações de pessoas jurídicas e físicas para manutenção de suas atividades sociais, pesquisa e operações. Em 31 de dezembro de 2022, o montante recebido no exercício foi de R\$1.357.377,44 (R\$584.694,74 em 31 de dezembro de 2021).

13. Custos das atividades

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Cursos de formação de especialistas	-	=
Simpósios	-	
Mutirões para cirurgias	-	_
	 -	
Total		=
		

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

14. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Augueis	(58.200)	(64.807)
Cursos e aprendizados	-	-
Condomínio	(25.591)	(25.149)
Impostos e taxas	(19.426)	(13.344)
Doações a entidades	(5.000)	(10.000)
Telefonia	(3.262)	(4.825)
Materiais	(29.022)	(12.538)
Seguros	(15.848)	(21.735)
Energia	(3.191)	(3.291)
Viagens	(636)	(109)
Legais e judiciais	-	-
Refeições	-	-
Copa e cozinha	(2.490)	(354)
Comissões	(8.098)	(14.852)
Manutenção e reparo	-	(1.380)
despesas postais e telegráficas	(125)	(414)
Perdas Em Sinistros Com Imobilizado	(228)	
Total	(171.119)	(172.797)

15. Despesas de pessoal

Descrição	ão31/12/202	
Salários e ordenados	(123.756)	(92.776)
Férias	(11.784)	(12.112)
13º Salário	(10.622)	(6.246)
INSS	(36.371)	(26.193)
FGTS	(10.469)	(8.109)
Vale transporte	-	(396)
Pis	(1.346)	(975)
Prêmios e gratificações	_	100A
Assistência médica e social	(8.244)	(1.183)
Despesas com alimentação	(53.757)	(1.348)
Total	(256.349)	(149.336)

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

16. Serviços de terceiros

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros (a)	(1.099.659)	(512.754)
Contabilidade	(13.919)	(11.057)
Honorários advocatícios	(4.400)	-
		'
Total	(1.117.978)	(523.811)

⁽a) A rubrica de "serviços de terceiros" corresponde a serviços contratados de suporte técnico em TI, serviços médicos, laboratoriais, serviços clínicos, e outros.

17. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros	155.915	42.147
Descontos financeiros obtidos	7	303
Multas ativas	=	552
Outras Receitas	47	
Total	155.970	43.002
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(3.854)	(2.503)
IOF	_	(27)
Juros de mora	_	-
Multas	(70)	(226)
Variações cambiais passivas	-	-
Juros sobre comissões bancárias	-	(47)
Multas de mora	(680)	(512)
Total	(4.604)	(3.315)
Resultado financeiro líquido	151.366_	39.687

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

18. Trabalho voluntário

O Instituto Strabos possui voluntários nos termos da Lei nº 9.608/98, do qual foi mesurado e registrado os valores das receitas e despesas, em atendimento a Resolução 1.409/12. A Administração do Instituto não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados. Demonstramos abaixo o valor do trabalho não remunerado/voluntário:

480

Cargo	Taxa Horas (R\$)	Qtde.	Horas trabalhadas/ano	Valor do trabalho não remunerado voluntário a/a
Duraidanta	550.00	4	400	024 000
Presidente	550,00	1	420	231.000
Vice presidente	450,00	1	300	135.000
Diretoria	170,00	7	528	89.760
Diretoria financeiras	350,00	1	600	210.000
Assessoria jurídica	350,00	1	492	172.200
Total			2340	837.960
Academico	170,00	13	1608	273.360
Nucleos Regionais	220,00	5	600	132.000
Social	220,00	13	948	208.560
Prestação de serviços (pro bono)		3		142.500
Total voluntariado				1.594.380

(a) Em 10 de julho de 2020 o Instituto Strabos assinou o Termo de Cooperação e Parceria com a Fundação José Luiz Egydio Setubal visando promover a realização de 24 (vinte e quatro) cirurgias gratuitas de estrabismo nas dependências do Centro Cirúrgico do Hospital Infantil Sabará, sob o comando e supervisão da equipe médica do Instituto. Durante o exercício de 2022 foram realizadas 306 cirurgias e 2236 consultas.

19. Partes relacionadas

A Administração do Instituto não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração da Administração

Não houve remuneração da diretoria no exercício findo. Conforme Estatuto Social, os Conselheiros não são remunerados por suas funções e nem recebem vantagens ou benefícios.

A Administração do Instituto não possui outros benefícios como: pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, pagamento baseado em ações e outros benefícios de longo prazo para o pessoal-chave da Administração, exceto aqueles previstos em Convenção Coletiva de Trabalho.

O Instituto não distribui, entre os seus diretores, associados, conselheiros, empregados, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações, ou parcelas do seu patrimônio líquido, auferidos mediante o exercício de suas atividades, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro do Instituto, aplicando-os integralmente na consecução do seu objetivo social.

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

20. Isenção tributária

De acordo com o art. 150, parágrafo 6°. Da Constituição da República Federativa do Brasil o Instituto é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei n° 9.532/97, além do Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O Instituto não está isenta de suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas sobre os proventos da Folha de Pagamentos, assim como o PIS que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos funcionários.

Cofins sobre rendimentos financeiros

A partir de julho de 2015 o Instituto passou a ser obrigada a recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, restabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 conforme previsão legal com base na Lei 10.865/2004. No exercício de 2022, o Instituto apurou e reconheceu um montante de R\$6.237 da COFINS sobre os rendimentos financeiros.

Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens e Direitos (ITCDM)

A Entidade possui a declaração de isenção do recolhimento do Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), nos termos do §20 do artigo 6° da Lei n° 10.705/00, na redação da Lei n° 10.992/01, e do §1° do artigo 6° e 9° do Decreto n° 46.655/02. A presente declaração teve validade para o período de 6 de maio de 2019 a 5 de maio de 2023, salvo se ocorresse qualquer alteração nas condições legais ou requisitos necessários ao benefício.

21. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Administração do Instituto contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras, mantendo em separado e individualizado as operações com destinação específica e restrita as operações a que se destina. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas monitorada pela Administração do Instituto.

A Administração do Instituto não contratou instrumentos financeiros na forma de derivativos ou em moedas estrangeiras ao longo dos exercícios de 2022 e 2021.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades do Instituto a expõe aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado, crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Instituto busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

c) Gestão de risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política internas, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco e o processo de divulgação.

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

d) Gestão de risco de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Trata-se de um processo contínuo da Administração, para o crescimento do Instituto, pois o próprio mercado em que atua está sempre em alta, não tendo, necessariamente, períodos sazonais. Os objetivos do gerenciamento são:

- i. Monitoramento e controle do capital social mantido com o crescimento do Instituto;
- ii. Avaliação dos requisitos de capital social face aos riscos a que o Instituto está sujeita; e
- iii. Planejar as necessidades de capital social, considerando os objetivos estratégicos a que se propõe. A estrutura responsável por este gerenciamento é a Diretoria.

O Instituto possui somente instrumentos financeiros classificados como "Aplicações financeiras". Os respectivos saldos nas datas dos balanços não diferem de forma relevante de seus valores justos.

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito incorrido pelo Instituto é imaterial, dado que a quase totalidade das operações realizadas estão com o vínculo em patrocinadores de projetos, nas quais a Administração atua exclusivamente como intermediadora e opera com Instituições financeiras de primeira linha e não possui outros ativos financeiros relevantes.

f) Gestão de risco financeiro

O Instituto não possui passivos financeiros onerosos e as receitas financeiras não compõem parte relevante de suas receitas, de forma que a Administração entende não estar vulnerável a flutuações nas taxas de juros.

22. Contrato de seguros (não auditado)

A Administração do Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis.

CNPJ: 19.099.127/0001-38

(Valores expressos em reais)

INSTITUTO STRABOS ENSINO ACAO SOCIAL E INSTITUTO STRABOS ENSINO **PESQUISA** E:19099127000138

Assinado de forma digital por **ACAO SOCIAL E PESQUISA** E:19099127000138 Dados: 2023.04.24 12:14:40 -03'00'

Mauro Goldchmit Presidente CPF nº 110.880.898-01

Instituto Strabos - Ensino Ação Social e Pesquisa em Estrabismo

FLAVIO SILVA PINTO:0682654

0860

Assinado de forma digital por FLAVIO SILVA PINTO:06826540860 Dados: 2023.04.24 11:41:49 -03'00'

Flávio Silva Pinto Contador CRC 1SP164768/O-1

CPF: 068.265.408-60